

PROPOSTA DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXPLORAÇÃO

CONDIÇÕES PARTICULARES

TOMADOR DO SEGURO:

Município de Espinho

RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL DE EXPLORAÇÃO

1 - Objeto

1.1 - O Município de Espinho pretende transferir a sua responsabilidade civil para uma seguradora, no que diz respeito ao pagamento das indemnizações que, de acordo com a legislação em vigor, possam ser exigidas ao Município de Espinho como civilmente responsável por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, resultantes de lesões materiais e/ou corporais causadas acidentalmente a terceiros no decurso do exercício da sua actividade, em consequência do preceituado no ponto sobre as COBERTURAS.

1.2 - São consideradas actividades do segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do Município e Órgãos Municipais, de acordo com a legislação em vigor.

2 - Capitais

Deverá ser garantido o montante máximo, por sinistro e anuidade de € 1.000.000,00.

3 - Franquia

3.1 - Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado, franquia de 10,00%, com um mínimo de € 250,00 e um máximo de € 2.000,00, por sinistro.

3.2 - A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados. Assim, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará o seu pagamento.

4 - Coberturas

4.1 - Responsabilidade Civil Geral cobrindo as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e materiais da responsabilidade do segurado decorrentes da lei e do exercício da sua atividade, e em particular da aplicação dos artigos 491.º, 492.º, 493.º, 500.º e 501.º do Código Civil e Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, com alteração da Lei n.º 31/2008, de 17 de julho com exclusão das responsabilidades sujeitas a seguro obrigatório.

4.2 - A título enunciativo, mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas de:

- Atos administrativos definitivos e executórios da Câmara, do Presidente da Câmara, dos Vereadores ou Membros da Assembleia Municipal ou de quaisquer outros titulares de órgãos da autarquia, no exercício das suas competências próprias e delegadas e por causa desse exercício;
- Atos ou omissões dos agentes que trabalham por conta e sob direcção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;
- Atos ou omissões dos agentes requisitados civilmente pelo segurado, ao segurado, ao abrigo da legislação em vigor, no intuito de prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades;
- Atos ou omissões de todos e qualquer voluntário a prestar auxílio à Autarquia;
- Atos ou omissões atribuídos a um funcionamento anormal de qualquer serviço.
- Do funcionamento e exploração de estabelecimento de ensino (Escolas básicas e Jardins de Infância), espaços culturais (por exemplo, Biblioteca e Museu), parques de estacionamento, parques infantis, Parque de Campismo de Espinho, e instalações onde o Município preste e desenvolva normalmente a sua atividade;
- Do funcionamento e exploração dos recintos desportivos cobertos ou ar livre, (Piscina Municipal, Piscina Solário Atlântico, Balneário Marinho, Nave Polivalente e Pavilhão de Anta);
- Da deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo

equipamento e superfícies de impacte conforme artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, e demais legislação aplicável em vigor;

- De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14 de abril, e Portaria n.º 1049/2004, de 19 de agosto, e demais legislação aplicável em vigor;
- Da execução de todos os trabalhos de conservação, manutenção, construção, ampliação, renovação ou reparação dos edifícios e de todas as infraestruturas, desde que realizados por administração directa, incluindo-se a abertura de valas;
- De queda de telhas, árvores, andaimes ou quaisquer estruturas em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões do Município;
- Da laboração de todo equipamento, máquinas e viaturas ao Município de Espinho, com exclusão dos danos resultantes da sua circulação na via pública (sujeitos à responsabilidade civil automóvel); pelos funcionários do Município e pessoas que não sejam funcionários, mas que estejam habilitados e com autorização para a laboração do referido equipamento;
- De danos causados a condutas ou instalações subterrâneas, a cabos e instalações aéreas;
- De derramamento de óleo por veículos ou máquinas pertencentes ao Município de Espinho, assim como, a queda de materiais transportadas nesses equipamentos;
- Da queda total ou parcial e anúncios luminosos e outros, painéis publicitários, antenas, postes de iluminação pública e de sinalização que sejam propriedade da autarquia ou por ela sejam explorados, instalados na área do Município de Espinho ou fora dele;
- Do lançamento de fogo de artifício e foguetes;
- Da organização, promoção e realização de festas, conferências, reuniões, actos

culturais, recreativos, desportivos, feiras e mercados, incluindo a utilização de estruturas amovíveis, palcos, tribunais, bancadas ou outras estruturas semelhantes. De igual modo, a apólice deverá ser estendida aos eventos em que o Município é parceiro;

- De queda de árvores existentes em espaços públicos ou do património da autarquia;
- De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização defeituosa ou sinalização retirada por terceiros ou acção de elementos naturais, nas vias públicas, municipais e arruamentos;
- Da queda, quebra, deteriorização, levantamento de tampas, caixas de visita sarjetas e sumidouros;
- De inundações desde que decorrentes de acções ou omissões do Município;
- Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas e escadas rolantes existentes nas diversas instalações pertencentes ao Município de Espinho;
- Corte e abate de árvores quando efectuados por funcionários do Município e queda accidental de árvores, desde que decorrentes da acção ou omissão do Município;
- Em consequência de intoxicações alimentares provocadas por produtos fornecidos e/ou preparados pelo segurado e consumidos nas cantinas, refeitórios ou bares afetos à exploração, ou ainda ao ar livre, e sob responsabilidade direta do segurado, quer aos empregados quer a terceiros;
- Dos danos causados por poluição contaminação, fuga, vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do segurado, incluído o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação;
- Por eventuais falhas de conservação ou aparecimento imprevisto de buracos na rede viária e passeios pertencentes ao Município de Espinho.

5 - Regularização de Sinistros

5.1 - Os sinistros ocorridos, resultantes das responsabilidades derivadas do enunciado no âmbito de cobertura, são assumidos, sem exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência do segurado.

5.2 - Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/lesado a ocorrência de um sinistro a seguradora deve:

- Realizar as peritagens no prazo de oito dias úteis após a recepção da participação se tal tiver lugar;
- Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de trinta dias úteis a contar da recepção da participação, informando o tomador e o terceiro/lesado, por escrito;

5.3 – Os prazos previstos nos itens anteriores suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude.

5.4 – Serão pagos aos lesados os prejuízos resultantes de paralisações e percas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados.

5.5 – Nos sinistros recusados pela seguradora, fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico – jurídico da recusa.

6 – Prémio Total Período Seguro (3 Meses)

Prémio Total para o Período Seguro de € 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta euros);

PRAZO DE VALIDADE E OUTRAS CONDIÇÕES

Conforme Peças Procedimentais.

Lisboa, 18 de Setembro de 2017